



**A MISTIÇAGEM COMO UMA IDEIA LINGUÍSTICA:
O PARADIGMA NATURALISTA E O CONCEITO DE BRASILEIRISMO
NO DICCIONARIO GRAMMATICAL DE JOÃO RIBEIRO**

**MISCEGENATION AS A LINGUISTIC IDEA:
THE NATURALIST PARADIGM AND THE CONCEPT OF BRAZILIANISM
IN JOÃO RIBEIRO'S DICTIONARY OF GRAMMAR**

Alice Toledo¹

Resumo: O objetivo deste texto é o de demonstrar como a mestiçagem pode ser reconhecida como uma ideia linguística nas produções de saberes linguísticos, como é o caso do conceito de brasileiro apresentado por João Ribeiro no Dicionário Grammatical, publicado em 1889 e reeditado em anos posteriores. Para tanto, em um diálogo entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise do Discurso, são descritas as condições de produção dos estudos linguísticos e sociais no Brasil neste período histórico, especialmente quando da publicação da terceira edição em 1906, com ênfase nas particularidades do naturalismo na produção intelectual brasileira (ALONSO, 2002; SCHWARCZ, 2015) e pelo paradigma naturalista dos estudos da linguagem proposto por Sylvain Auroux (2007). Em seguida, são apresentados os procedimentos analíticos (FOUCAULT, 2008) e a análise em si do verbete brasileiro, apontando o aparecimento da mestiçagem como uma ideia linguística. Este texto se encerra com a reflexão de que a mestiçagem no contexto de publicação do Dicionário não se apresentava como uma solução homogeneizadora dos conflitos raciais e linguísticos do país, mas sim como uma marca ambivalente da originalidade do povo brasileiro e do fracasso de uma nação determinado pelas perspectivas positivistas daquele período. **Palavras-chave:** mestiçagem; história das ideias linguísticas; análise do discurso; brasileiro

Abstract: This work aims to demonstrate how miscegenation can be recognized as a linguistic idea in the production of linguistic knowledge, as it is the case of the concept of brasileiro presented by João Ribeiro in the Grammatical Dictionary. Therefore, in a dialogue between the History of Linguistic Ideas and Discourse Analysis, the conditions of production of linguistic and social studies in nineteenth-century Brazil are described, with emphasis on the particularities of naturalism in brazilian social studies (ALONSO, 2002; SCHWARCZ, 2015) and the naturalistic paradigm in language studies proposed by Sylvain Auroux (2007). Then, analytical procedures and the analysis of the concept of brasileiro itself are presented, regarding racial miscegenation as a linguistic idea. This text ends with the reflection that miscegenation did not present itself as a homogenizing solution to the racial and linguistic conflicts of the country, but rather as an ambivalent mark of the original identity of the Brazilian people and the failure of a nation determined by the positivist perspectives of that period in History.

Keywords: miscegenation; history of linguistic ideas; speech analysis; brasileiro.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, GO, Brasil. allicetoledo@ufg.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6729-6625>

INTRODUÇÃO

A relação entre língua e raça não é um tema novo para os estudos linguísticos. Muitos são aquelas e aqueles que se debruçaram sobre essa temática (NASCIMENTO, 2019; LUCHESI, 2015; PETTER, 2008), especialmente em estudos contemporâneos brasileiros, acrescentando ao debate as questões políticas, econômicas e culturais que são essenciais para o entendimento do quadro linguístico do país. Em momentos anteriores na história dos estudos linguísticos, especialmente no século XIX, a análise da relação entre língua e raça era contemplada a partir de outros paradigmas que hoje não são mais válidos como parâmetros nas ciências sociais, mas que estavam em franca expansão na Europa de então: o naturalismo, o positivismo e o evolucionismo, que têm como uma das premissas em comum a superioridade de certas raças humanas sobre outras a partir da comparação de características biológicas e fisiológicas.

Auroux (2007) chama a atenção para esse fato ao tratar da renovação nas pesquisas realizadas nas ciências linguísticas no século XIX, quando a aparição do tema naturalista promoveu transformações importantes nos conceitos de base que tratavam do estatuto da linguagem: “longe de ser o resultado da atividade cultural dos homens, a linguagem seria, para uma parte considerável dos linguistas da época, o fruto de sua natureza física, entidade em si mesma ‘natural’”. (2007, p. 5, tradução nossa). A partir de um modelo herdado da biologia, as línguas seguiriam um paradigma naturalista, já que “teriam uma vida semelhante à das plantas ou resultariam diretamente da constituição de nosso cérebro, **diferente segundo as raças**”. (AUROUX, 2007, p. 5, tradução nossa, grifos nossos). Essa perspectiva positivista, na qual se insere o naturalismo, o darwinismo social e o evolucionismo, também foi percebida nos estudos linguísticos por Renato Mendonça, o primeiro a demonstrar as influências africanas no português falado no Brasil, no início do século XX: “o evolucionismo foi o princípio filosófico invasor das ciências no século XIX (...) A linguística não se pode furta. E o evolucionismo nela ainda predomina absoluto como um senhor feudal” (MENDONÇA, 2012, p. 46).

Os crescentes debates (e embates) sobre a *língua brasileira* e a *língua portuguesa* (PINTO, 1978) foram essenciais para que, na segunda metade do século XIX, a discussão sobre a formação de um léxico genuinamente brasileiro, especialmente pela noção de *brasileirismo* (HORTA NUNES, 2002), se fortalecesse entre os estudiosos da língua. Para João Ribeiro (1906, p 44.), o *brasileirismo* compreendia uma “linguagem que foi criação e produto do mestiçamento de raças e povos fundamentais”. Se, de acordo com o paradigma naturalista mencionado por Auroux (2007), as línguas se diferiam segundo as raças, é possível inferir que o mesmo acontecia quando essas raças se misturavam, como era o caso do Brasil, graças às condições impostas pela violenta colonização do território nacional. É por essa razão que, mais do que uma forma de cruzamento racial, a mestiçagem aparece em produções brasileiras como uma ideia linguística (SILVEIRA, 2018; TOLEDO, 2021). Nesta análise, pretendo demonstrar como se apresenta a mestiçagem como ideia linguística na construção do verbete *brasileirismo* no *Diccionario Grammatical* de João Ribeiro, considerando aspectos históricos, linguísticos e sociais inerentes ao que Sylvain Auroux (2007) chamou de paradigma naturalista.

O *Diccionario* de Ribeiro foi publicado em 1889, e revisto e reeditado em anos posteriores. Aqui trago as análises feitas a partir da terceira edição da obra, publicada em 1906, revista e expandida. O objetivo não é de comparar o verbete em ambas as edições, a de 1889 e a de 1906, mas o de analisar discursivamente a construção de um verbete que caracteriza um fenômeno linguístico próprio à língua falada no Brasil naquele contexto. Destarte, é possível afirmar que tal caracterização é feita pela *diferença*: o *brasileirismo* é “toda a casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada

geralmente no Brasil” (1906, p. 44). Na língua falada no território brasileiro, há o “elemento mestiço” que promove “degenerações” nos elementos fonológicos e sintáticos originais do português europeu (RIBEIRO, 1906, p. 47). Pelo paradigma naturalista, o “elemento mestiço” seria o elemento distintivo entre a língua branca europeia e a língua miscigenada brasileira, já que a constituição das línguas, assim como a dos demais organismos vivos, variaria de acordo com a raça (AUROUX, 2007).

Para seguir demonstrando a influência do paradigma naturalista na produção linguística de João Ribeiro, recorro nesta análise a um caminho teórico-metodológico que compreende questões de ordem da língua e do discurso (FOUCAULT, 2008a) em diálogo com a História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 2007). Começo tratando das condições de produção dos estudos linguísticos e sociais no Brasil do século XIX, nos quais está incluído o *Diccionario grammatical* de João Ribeiro, com ênfase nas particularidades do naturalismo na produção intelectual brasileira evidenciadas pelas pesquisas de Alonso (2002) e Schwarcz (2015). Em seguida, apresento os procedimentos analíticos e a análise em si do verbete brasileiro tendo em vista a mestiçagem como uma ideia linguística (SILVEIRA, 2018; TOLEDO, 2021), ressaltando os sentidos de superioridade e inferioridade linguística a partir da análise discursiva da tipologia textual (ORLANDI, 2013) própria ao gênero verbete. Encerro com a reflexão de que a mestiçagem como uma ideia linguística no conceito de brasileiro cunhado por João Ribeiro se apresenta como uma marca ambivalente da originalidade do povo brasileiro e do fracasso de uma nação determinado pelas perspectivas positivistas daquele período.

Há, por fim, que se fazer uma observação: em estudos contemporâneos, a *mestiçagem* vem sendo amplamente problematizada em relação aos sentidos homogeneizantes e dominadores em diversos discursos que tratam de questões étnicas no Brasil, como em Munanga (2019), por exemplo. É justamente por este motivo que tal denominação é aqui adotada criticamente, considerando a palavra e seus sentidos em circulação no período em questão e entendendo a mestiçagem não apenas como um fato biológico e social, mas também como uma ideia linguística no contexto linguístico do Brasil.

2. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS SABERES LINGUÍSTICOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX: O NATURALISMO E O CASO BRASILEIRO

Compreender as particularidades históricas brasileiras é fundamental para qualquer análise que se propõe a descrever as relações entre raça e língua, já que, como diz Guimarães (1996), não há como desvencilhar a história das ideias linguísticas no Brasil das condições próprias da história brasileira. Na medida em que a produção discursiva sobre a língua falada no Brasil, inserida no paradigma naturalista ao qual se refere Auroux (2007), considera que as mudanças na língua portuguesa são reflexo do contato linguístico decorrente do contato racial, apresenta-se como incontornável entender a mestiçagem não somente pela perspectiva social, mas também pela perspectiva linguística.

Começo pela perspectiva social: quando se fala sobre a ciência positivista e a sua realização no Brasil, é necessário fazer algumas ressalvas. A primeira delas é a originalidade de sua apropriação por parte dos intelectuais brasileiros. O positivismo, o darwinismo, o evolucionismo e outras formas de pensamento foram utilizadas de forma particular, com decorrências teóricas distintas (SCHWARCZ, 2015). Isto se deve, principalmente, ao fato de que não havia uma tradição intelectual no Brasil, de modo que política e letras se confundiam em seus propósitos. A segunda ressalva é justamente o

célebre movimento de ideias da década de 1870: de forma alguma este movimento era composto somente por intelectuais. Eram políticos, literatos, médicos, entre outros agentes sociais que buscavam argumentos e conceitos de teorias estrangeiras a fim de explicar e compreender a situação do país.

A apropriação particular destas teorias seguiu um critério político e não aleatório de seleção, que serviu aos intuítos da elite imperial de refletir sobre as formas de organização econômica, social e política do Brasil (ALONSO, 2002). Naquele momento, as ideias liberais ocupavam muito espaço na agenda de discussão dos políticos e outros homens influentes, que vislumbravam um futuro além do imperialismo monárquico. E muitos destes homens ocupavam as cadeiras reservadas à *intelligentsia* brasileira no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Academia Brasileira de Letras, instituições de saber de destaque e prestígio na construção de saberes históricos, culturais, sociais e linguísticos no país.

Nesses lugares institucionais de construção de conhecimento, um dos temas caros aos intelectuais brasileiros do *fin de siècle* era o conceito de raça. A herança de uma perspectiva humanista e romântica prevalente no início do século XIX, que preconizava a diversidade de povos e indivíduos no interior de um mesmo gênero humano, passou a ter menos espaço frente à ideia de que havia diferenças físicas e mentais entre os indivíduos e os povos, as quais eram determinadas pela natureza. Essa era a hipótese poligenista, segundo a qual o ser humano não teria uma origem comum, e seus comportamentos seriam regidos por leis biológicas e naturais (SCHWARCZ, 2015). A antropometria, a craniologia e a frenologia são teorias derivadas dessa hipótese e marcaram o início da antropologia como ciência na Europa. Com o poligenismo, diminui a preponderância da interpretação monogenista da humanidade, e o signo da diferença passa a ser predominante no reconhecimento dos seres humanos.

Posteriormente, com a teoria evolucionista de Darwin, houve uma abertura de espaço para uma reorientação teórica deste novo paradigma de interpretação da humanidade graças a sua aplicação em outras disciplinas, o chamado social-darwinismo (SCHWARCZ, 2015). As várias interpretações da teoria darwiniana estão presentes na sociologia evolutiva de Spencer, na história determinista de Buckle, na literatura naturalista de Émile Zola e na linguística com Franz Bopp, na busca das raízes comuns da linguagem. Outras duas disciplinas também são importantes para entender a apropriação do positivismo no Brasil: o determinismo geográfico e o darwinismo social. O primeiro estabelecia a determinação social pelo meio: “dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala e seu potencial de civilização” (SCHWARCZ, 2015, p. 76 apud BUCKLE, 1845, p. 32). O segundo determinava a imutabilidade dos caracteres de cada raça, de modo que a miscigenação, além de ser um erro, levava à degeneração racial e social (SCHWARCZ, 2015).

A recepção simultânea e maciça dessas novas ideias teve como consequência uma percepção homogeneizadora, desconsiderando suas distinções entre si. O deslocamento conceitual de raça da biologia para as ciências humanas aponta para uma reorientação na produção intelectual da época. A tendência geral naquele momento era a de pensar a nação em termos biológicos, e questões como o povo e a cidadania brasileira passaram a ser compreendidas como resultados de atributos específicos de cada raça. O grande dilema dos intelectuais brasileiros era enfrentar a constituição irremediavelmente mestiça da nação frente às promessas de progresso que viriam pela abolição e pela República, anos mais tarde. Como ascender à modernidade e à civilização quando os determinantes biológicos dos negros, índios e, mais ainda, o de sua miscigenação, poderiam conduzir a nação ao caminho oposto, o do irremediável retrocesso? O evolucionismo, de certo modo, legitimava ideologicamente a supremacia do mundo ocidental civilizado. A

“superioridade” das nações europeias nada mais seria que uma decorrência das leis naturais que orientam a história dos povos (ORTIZ, 1994, p. 16).

Aceitar as teorias evolucionistas e raciais para analisar a formação social brasileira era partir do pressuposto básico que o estágio civilizatório do país era inferior, uma vez que essas mesmas leis naturais que orientam a história das nações do Velho Mundo determinam a inferioridade das nações do Novo Mundo, especialmente aquelas que tiveram a miscigenação como *modus operandi* de povoação do território desde o início da colonização. Para teóricos como Buffon, apesar de a unidade do gênero humano ser um postulado, havia uma hierarquia entre as raças humanas. A noção de degeneração, por exemplo, passou a ser aplicada às raças humanas pela teoria do jurista Cornelius de Paw, que acreditava haver um “desvio patológico do tipo original” nas raças inferiores, em especial entre os americanos; a natureza do Novo Mundo, calcada na mestiçagem racial, era “débil por estar corrompida, inferior por estar degenerada” (SCHWARCZ, 2015, p. 61).

Essas discussões sobre nação, povo e raça não eram alheias aos estudos linguísticos e literários. Enquanto José de Alencar e Gonçalves Dias defendiam uma língua brasileira como signo da originalidade da nação, outros execravam a ideia de que a língua nacional não fosse o português europeu, como Carlos Laet, Joaquim Nabuco Franklin Távora (PINTO, 1978). Considerando que a segunda metade do século XIX marca o início da gramatização brasileira (GUIMARÃES, 1994, 1997; ORLANDI, 2001), tal movimento de descrição e de instrumentalização da língua no Brasil é também uma resposta à demanda de construção de uma nova nação pós-independência, projeto político e cultural que passava necessariamente pelo estabelecimento de uma intelectualidade brasileira. O entendimento de que a unidade política de um território nacional “será presumivelmente mais efetiva se for também uma unidade social”, como aponta Haugen (2001, p. 105), considera também o pretenso ideal de variação mínima na forma: “seria uma hipotética variedade ‘pura’ de uma língua, com apenas uma ortografia e uma pronúncia para cada palavra, uma palavra para cada significado, e uma estrutura gramatical para todos os enunciados” (HAUGEN, 2001, p. 106)

Sobre a gramatização, Pfeiffer chama atenção para o fato de que esse processo “pressupõe o estancamento da língua a ser gramatizada, apagando outras línguas que produzem as instabilidades e polêmicas em torno da língua que falamos” (2001, p. 168). Há o deslocamento de uma *escrita oficial* para uma *língua oficial*, de modo que as outras línguas que só se apresentam sob a forma do discurso de oralidade sejam apagadas, a fim de que se impeça a “corrupção” da “oralidade” (GALLO, 1993 apud PFEIFFER, 2001). E era justamente esse o caso da língua falada no Brasil, envolta em instabilidades e polêmicas que impediam uma unidade linguística oficial, tanto na escrita quanto na fala.

O instável e polêmico quadro linguístico brasileiro no século XIX incluía a presença de centenas de línguas indígenas ao longo de todo o território nacional (RODRIGUES, 1996), assim como as outras dezenas de línguas africanas que também circulavam no país (BOVINI, 2008). Certas palavras e expressões dessas línguas misturadas ao português europeu já eram percebidas na fala dos brasileiros e foram descritas por diversos intelectuais como Junqueira Freire, José de Alencar, Antonio Henriques Nunes Leal e José Veríssimo (TOLEDO, 2020). No entanto, essa mistura linguística observada por esses estudiosos só foi assumir um *status* de cientificidade quando convencionou-se chamar de *brasileirismo* todo o léxico que circulava em território brasileiro e não tinha origem na língua portuguesa europeia. Não somente João Ribeiro, mas também Pacheco Silva e Beaufort-Rohans trataram do *brasileirismo* em seus dicionários (HORTA NUNES, 2001), assim como Macedo Soares e Cândido de Figueiredo (OLIVEIRA, 2002).

No Brasil, foi a intelectualidade oitocentista que apresentou e implantou uma norma padrão do português, seguindo um projeto político de nação sob as diretrizes da elite brasileira (PAGOTTO, 1998) – a mesma que se apropriou das teorias naturalistas, darwinistas e positivistas, ancoradas em um projeto político, a fim de refletir sobre as formas de organização econômica, social e política do Brasil (ALONSO, 2002). E, entre a tentativa de estabilizar a língua e a gramática falada no Brasil a partir do parâmetro europeu e a tentativa assumir as peculiaridades da língua própria da nação brasileira, o conceito de brasileiro se coloca como uma contradição, especialmente na produção de João Ribeiro. Ao mesmo tempo em que é caráter distintivo de uma identidade linguística brasileira em construção, é subjugado a um lugar inferior àquele da “língua imortal de Camões” (RIBEIRO, 1936, p. 51). Sheila Elias Oliveira (2002) apresenta uma percepção similar ao analisar a abordagem de brasileiro por Cândido de Figueiredo, lexicógrafo português que incluiu o termo em seu dicionário publicado em 1899:

Os brasileiroismos, desse modo, que na enunciação dos estudiosos brasileiros constituem uma diferença linguística utilizada como argumento para a afirmação da identidade nacional, no dizer do lexicógrafo português são um alheio que o brasileiro interioriza na justa medida que lhe permite a sua inferioridade enquanto sujeito de língua. A “grande nação que se emancipou da velha soberania portuguesa”, sua língua, seu povo são aqui definidos ainda pela velha voz soberana inscrita no velho discurso colonizador eurocêntrico... (OLIVEIRA, 2002, p. 97)

O lugar de inferioridade ocupado pelos brasileiroismos está presente tanto nos escritos de João Ribeiro quanto nos escritos de Cândido Figueiredo, ambos gramáticos contemporâneos, embora seja o primeiro brasileiro e o segundo português. Enquanto o caráter de inferioridade dos brasileiroismos está associado, para Cândido Figueiredo, às diferenças geográficas, à incivilização do povo brasileiro e à evidente unidade do português europeu, para João Ribeiro a inferioridade dos brasileiroismos é resultado do “mestiçamento” racial do povo brasileiro expresso em sua língua, tal como descreveu Sylvain Auroux (2007) sobre o paradigma naturalista nas ciências da linguagem. É nesse sentido que cabe aqui ressaltar que o interesse desta análise reside menos no *autor* João Ribeiro e mais na *função autor* (FOUCAULT, 2008b) ocupada por João Ribeiro na construção do verbete *brasileirismo*. Aqui, a autoria de Ribeiro é entendida como “princípio de agrupamento de discursos, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2008b, p.26), considerando o projeto político de estabilização de uma norma culta do português falado no Brasil (PAGOTTO, 1999) e maciça recepção das ideias naturalistas, positivistas e deterministas entre os intelectuais brasileiros ao longo do século XIX (SILVEIRA, 2018) como condições de produção.

3. A MISTIÇAGEM COMO UMA IDEIA LINGUÍSTICA: O “ELEMENTO MISTIÇO” NAS DIFERENCIAÇÕES DE ORDEM “FÔNICAS, MORFOLÓGICAS E IDEOLÓGICAS” NO DICCIONARIO GRAMMATICAL

O *Diccionario Grammatical* seria hoje categorizado como “um tipo de enciclopédia, produzindo um discurso especializado sobre a gramática de acordo com os saberes que circulavam à época, mais especificamente o da gramática comparativa.” (NASCIMENTO, 2020, p.). Ainda assim, o gênero verbete, comum tanto a uma enciclopédia quanto a um dicionário, apresenta uma tipologia textual predominantemente expositiva-injuntiva. Isso significa dizer que, segundo Travaglia (2018, p. 1342), o objetivo do enunciador em um texto expositivo é “caracterizar, dizer como é”, enquanto no texto injuntivo “Diz-se a ação requerida, desejada, diz-se o que e/ou como fazer; incita-

se à realização de uma situação”. Essa dupla função de um verbete, o de *dizer o que é* e o de *dizer como se faz*, passa necessariamente por processos de definição, classificação e qualificação, a fim de estabelecer as prescrições de uso de um termo em determinado contexto. Esses processos, por sua vez, são realizados no material linguístico por meio das adjetivações, das subjetivações e de outros modalizadores discursivos que indicam as particularidades do gênero e da tipologia textual. Orlandi (2013, p. 339) discute a função heurística da tipologia textual para a Análise do Discurso, a qual possibilita “perceber o tipo de discurso como efeito de sentido, como função necessária do imaginário”. Discute, também, como a tipologia pode esclarecer o funcionamento institucional do discurso, “já que estaria presente na atividade mesma do sujeito, como forma de dizer, organizada pelas normas institucionais, pela modelização, pela normatização dos usos da linguagem” (ORLANDI, 2013, p. 339). Ainda que sejam abordagens teóricas conceitualmente distintas, ambas apontam para o caráter prescritivo da tipologia do texto, tanto no nível do texto quanto no nível do discurso.

Considerando esses aspectos, começo apresentando as primeiras linhas do verbete *brasileirismo* no *Dicionário*, a fim de analisar como a perspectiva social e a perspectiva linguística da época se fazem presentes em sua constituição:

[Brasileirismo] É a expressão que damos a toda a casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil. (RIBEIRO, 1906, p.44)²

O conceito de *brasileirismo* é constituído a partir de uma relação de diferença: qualquer divergência da língua vernácula portuguesa, se falada no Brasil, é tida como um *brasileirismo*. Pelos sentidos dicionarizados da palavra *vernácula*, esse adjetivo tanto pode indicar o pertencimento a um país ou uma região quanto o que é “correto e sem mescla de estrangeirismos na escrita ou na fala; castiço” (MICHAELIS, online). Essa relação de diferença se estabelece, portanto, entre *a pureza e a mistura*, dualismo fortemente presente nas letras brasileiras no século XIX e associado ao dualismo *superioridade e inferioridade*: se uma língua é pura, é superior; se é misturada (mestiçada) é inferior (SILVEIRA, 2018; TOLEDO, 2020). A presença dos *brasileirismos*, no entanto, não é mencionada por João Ribeiro na língua escrita, mas sim na língua “falada geralmente no Brasil”. E, entre a fala e a escrita, há uma relação histórica de superioridade da última em relação à primeira, devidamente descrita pelos estudos contemporâneos do letramento (MARCUSCHI, 2003). A princípio, o conceito de *brasileirismo* apresenta sentidos disfóricos, especialmente quando posto em relação à língua vernácula portuguesa, já que, ao dizer que não é vernáculo, o *brasileirismo* é definido como um dialeto e, portanto, inferior, como a seguir:

Há quem dê ao conjunto dessas divergências o valor de dialeto. O conceito de dialeto não tem, é verdade, limites bem assinalados e, como diz Whitney, há dialetos em todas as classes sociais e no seio da própria família. A noção de dialeto pois pode, sem grande inconveniente, ser aplicada a qualquer sistema de degenerações ou diferenciações parciais e geográficas da língua. Que esse dialeto, porém, tenha foros de língua literária e culta é o que de todo se torna inadmissível, atendendo-se a que a dialeção brasileira não é suficientemente caracterizada e intensa de modo que torne possível a revolta contra a língua pura e vernácula. (RIBEIRO, 1906, p. 44)

A estratégia argumentativa de João Ribeiro para definir o *brasileirismo* inclui a referência aos trabalhos de William Whitney sobre o dialeto, a fim de garantir o lastro de autoridade que todo discurso científico carece para ser validado. É uma forma de

² Faço aqui a opção por transpor a escrita de João Ribeiro à ortografia atual, de acordo com Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa obrigatório desde 2016.

normatizar um fenômeno linguístico já incontornável naquele contexto histórico, quando mesmo com diversas políticas linguísticas para o estabelecimento de uma unidade linguística³, a fala dos brasileiros deixava evidente a influência de línguas africanas e línguas indígenas. João Ribeiro faz, em seguida, um deslocamento do conceito de dialeto de William Whitney, aplicando-o em qualquer “sistema de degenerações” da língua. Pelos enunciados que circulavam na formação discursiva naturalista, o processo de degeneração implica na perda das qualidades originais que incorrem na inferiorização de um sistema racial (SCWARCZ, 2012) e que aqui se estendem a um sistema linguístico. Se degenerado, portanto, é necessariamente um fenômeno linguístico inferior. A escolha pelo substantivo degenerações evidencia a inscrição desse enunciado no paradigma naturalista dos estudos da linguagem no século XIX (AUROUX, 2007). E, mais do que isso, sustenta a oposição entre a língua *pura*, preservada, e a língua *misturada*, degenerada.

João Ribeiro segue afirmando “que esse dialeto, porém, tenha foros de língua literária e culta é o que de todo se torna inadmissível”. Entre continuidades e continuidades (FOUCAULT, 2008), a relação de superioridade da língua em relação ao dialeto se manteve no senso comum, já que este último é “geralmente contrastado com a ‘língua’ de prestígio, suprarregional e padronizada” (BAGNO, 2017, p. 84). Se hoje esse posicionamento é fortemente combatido pelos linguistas em geral, amplamente ancorados na teoria sociolinguística, no século XIX não era interesse direto da *intelligentsia* brasileira, da qual João Ribeiro fazia parte, reivindicar uma língua que se afastasse do padrão eurocêntrico de cultura, especialmente se tivesse surgido a partir de processos de dialeção. Pagotto (1999) retoma por meio das elaborações do historiador Gil (1994) o projeto político de nação e Estado pós-independência da elite do Brasil no século XIX, que incluía a formação de uma nação branca, europeizada e homogeneizada culturalmente. Esse projeto, fortemente influenciado pelo movimento romântico, interferiu diretamente a constituição da norma culta naquele período, já que se buscava uma identidade própria da nação pós-independência.

Nesse quadro, a literatura desempenhava “um papel fundamental, pois é o que, rapidamente, pode materializar uma identidade cultural que as elites almejam” (PAGOTTO, 1999, p. 55). Daí a impossibilidade, para João Ribeiro, de o brasileiro ser entendido como uma “língua literária e culta” já que, mesmo com os evidentes traços morfológicos e fonológicos dos brasileiroismos, não havia evidências das características e intensidades de uma dialeção intensa que garantisse, por inferência, a criação de uma língua brasileira, que viria como uma “revolta contra a língua pura e vernácula.”. E mesmo com as tentativas de José de Alencar e de Gonçalves de Magalhães, que buscaram encontrar as raízes e a identidade de uma literatura brasileira como parte de um projeto estético⁴, movimento das elites foram sobrepujantes aos seus esforços, e garantiram que a norma culta no século XIX fosse “mais europeia do que nunca” (PAGOTTO, 1999, p. 56). Portanto, quando se diz no verbete o que o brasileiro não é – uma língua -, está reafirmada a normatização do português europeu e branco como a “língua pura vernácula” do Brasil, garantida por um instrumento linguístico de prestígio como é o dicionário.

³ O *Directorio* de 1757 do governo de Marquês de Pombal estabelecia a introdução da língua do conquistador nos povos dominados, “máxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistaraõ novos Domínios” (FARACO, 2016, p. 99)

⁴ As relações entre o projeto estético-literário do Romantismo brasileiro e os estudos linguísticos da época podem ser conferidos no trabalho de fôlego realizado por Edith Pimentel Pinto, em *História do português brasileiro* (1978;1982) e na obra *A língua de Alencar*, de Gladstone Chaves de Melo.

3.1. O mestiçamento ideológico

Se há um enunciado que confirme a presença da mestiçagem como uma ideia linguística na obra de João Ribeiro, talvez seja o seu anúncio no verbete de brasileiro de que irá proceder à “análise da linguagem que foi criação e produto do mestiçamento de raças e povos fundamentais”:

No decurso das linhas seguintes não se tratará especialmente da influência do tupi, abanem, guarani, nem do africano, ou de outros quaisquer influxos produzidos na língua, o que serão estudados nos lugares indicados (negro, tupi, cigano etc.). **Apenas faremos a análise da linguagem que foi criação e produto do mestiçamento de raças e povos fundamentais.** A possibilidade e fatalidade da dialeção crioula ou mestiça resultou da vida nova dos europeus coloniais. Diversos fatores colaboraram para isso: o clima, a presença de três raças, duas de cooperação embora forçada (a port. e a africana) e a outra inimiga (a tupi), os ciganos, os espanhóis, o tipo mestiço ou crioulo resultante do cadeamento, as novas necessidades, novas perspectivas, novas cousas e novas indústrias. (RIBEIRO, 1906, p. 45, grifos nossos)

No verbete, quando se diz o que é o brasileiro, se diz que é um produto linguístico do *mestiçamento* de raças e povos, consequência direta de uma dialeção crioula e mestiça. Tanto o substantivo *mestiçamento* quanto os adjetivos *crioulo* e *mestiço* fazem referência à mistura racial, atribuindo ao fenômeno linguístico características próprias da constituição biológica do povo brasileiro. João Ribeiro mantém um padrão de descrição das ciências naturais ao descrever as condições de emergência do brasileiro pelas especificidades climáticas e geográficas do território nacional. É um diálogo direto com o determinismo geográfico, que estabelece a determinação social pelo meio: “dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala e seu potencial de civilização” (SCHWARCZ, 2015, p. 76 apud BUCKLE, 1845, p. 32). Em uma nação mestiça, portanto, há espaço para um “sistema de degeneração” mestiço, ou um *mestiçamento* linguístico.

Seguindo a proposta de explicação ideológica da constituição do verbete brasileiro, João Ribeiro relaciona a possibilidade e a “fatalidade da dialeção crioula ou mestiça” à vida nova dos europeus coloniais, em que a presença de três raças distintas e as relações sociais estabelecidas entre si são fatores essenciais. A cada língua é atribuído um modalizador discursivo que a define de acordo com os seus papéis na história da colonização brasileira: a inimiga, tupi; a de colaboração forçada, negra; a conquistadora, portuguesa. Não são adjetivos ou substantivos que a definiriam de acordo com as suas características linguísticas (se pertencem ao tronco indo-europeu ou não, por exemplo), mas sim de acordo com o caráter de cada raça em suas interrelações na sociedade brasileira da época (a raça inimiga, a raça subserviente, a raça conquistadora). São traços claros de uma análise pautada pelo darwinismo social que determinava a imutabilidade dos caracteres de cada raça. É a mesma perspectiva científica que entendia que a miscigenação, além de ser um erro, levava à degeneração racial e social (SCHWARCZ, 2015).

Assim, o que João Ribeiro chama de ideológico na constituição do brasileiro incorre na determinação de posições sociais para cada uma das línguas que, misturadas, formam essa “linguagem que é produto do mestiçamento”. Desse modo, a caracterização de um povo, do seu clima e da sua terra é também a caracterização de sua língua. Novamente retomo a citação essencial de Aurox sobre o paradigma naturalista dos estudos linguísticos no século XIX, em que as línguas “teriam uma vida semelhante à das plantas ou resultariam diretamente da constituição de nosso cérebro, diferente segundo as raças”. (AUROUX, 2007, p. 5, tradução nossa). Cada raça, com constituições biológicas distintas, também produz línguas distintas, e da mistura dessas raças surgem os dialetos

ou “sistemas de degeneração”. O brasileirismo, embora não seja na perspectiva de Ribeiro uma nova língua, é um traço do “elemento mestiço” que forma o povo brasileiro.

3.2. O mestiçamento fônico e morfológico

Em concordância com o que afirma Nascimento (2020) sobre a forma de uma gramática comparativa que o *Diccionario* assume, destaco que João Ribeiro fundamenta sua exposição sobre o brasileirismo em uma extensa comparação das formas “vernáculos” do português, do latim e do francês e as ocorrências fonológicas, morfológicas e, em menor medida, sintáticas dos brasileirismos na língua falada no Brasil. Apresento alguns excertos de tais comparações a seguir:

Deixando de parte a apreciação geral, no que respeita à língua, a dialeção do crioulo, sob modificações secundárias, conserva-se hoje em dia, por todo o país, em estado de quase equilíbrio. Os caracteres fonológicos são os que na maioria distinguem a linguagem popular da erudita ou escrita. (RIBEIRO, 1906, p. 45)

A demora com que os nortistas muito mesclados com índios pronunciam o r, rr, derivam talvez das dificuldades que o indígena teve a superar naturalmente, por isso que o tupi só possui o r forte análogo ao r português entre vogais. Fenômeno idêntico e de igual explicação é a permuta do lh em l, onde trai-se a influência indígena aldeio, mulher... em vez de alheio, mulher etc. Ajuntemos ainda o abrandamento do a em e, como em Portugal nos pretéritos dos verbos da primeira forma: jantemos, almoçemos... por jantamos, almoçamos etc. Convém não esquecer que muitas das formas, v. gr. Rejume, faiar (fadar), são quinhentistas, vernáculos, e datam da colonização primitiva. (RIBEIRO, 1906, p. 47)

Na criação original dos verbos crioulos, nota-se a preponderância afetiva, o caráter sensacional e impressionável da raça; os seus produtos léxicos representam cousas concretas, cintilantes e vivas. Examinem-se os verbos, alguns deles bem portugueses: Crescer para, agredir; azular, fugir; embeijar (uma cerca, unil-a a outra); melar, derrubar uma árvore para tirar o mel do cortiço (Bahia); cigarrar, fumar (Minas); feitar (clássico ?) fazer (Bahia) (1); arar, comer vorazmente, adj. arado, esgurido; ciscar, rolar pelo chrio depois de um golpe; botar-se, sair; espoletear, ficar tonto (Júlio U.); entozar, gabar-se (Ceará); majjiar, falar (M. Grosso); secundar, responder (id.); cascar (um boi), esfolar (Ceará); i)ipocar (tupi), rebentar; campar (obsc.), ensopar-se, tomar intimidade ou liberdade com... (port.); pererecar, contorcer-se, áajureca. rã (Júlio Ilib.); bangular (clássico), andar errante: encaiporar, ficar infeliz; cipóar, dar pancadas em geral com o cipó; desafoagar, tirar o mel de açúcar do fogo; vaquejar, perseguir. (RIBEIRO, 1906, p. 48)

Passando ao estudo das invariáveis, faremos sumariamente algumas observações. O advérbio, como instrumento da expressão modal das ações e das cousas, dissolve-se facilmente em frases analíticas correspondentes. No elemento mestiço, o processo é fundamental e orgânico, e isso provém da impossibilidade de criar-se espontaneamente advérbios. Entre as locuções ou expressões adverbiais são dignas de nota: Quantidade – Havia um despotismo de gente; Uma data de sono (M. Grosso); Flores por cima do tempo...; Quer laranjas? Dê-me umas par delas; Uns par deles (S. Paulo). Par é invariável e advérbio. Tempo – Maria já estava la velha (isto é, havia muito tempo). (RIBEIRO, 1906, p. 48)

A preponderância modalidade apreciativa parecia estar distante da abordagem de João Ribeiro, tendo em vista suas estratégias de argumentação e de legitimação das suas ideias pela incorporação de conceitos e teorias bem estabelecidas no campo dos estudos linguísticos, como é o caso das referências à obra de William Whitney, e pela sua aproximação com o paradigma naturalista, proveniente das ciências naturais da época. Entretanto, ao caracterizar o modo de “criação dos verbos crioulos”, Ribeiro aponta uma influência direta entre as formas destes verbos e “preponderância afetiva, o caráter sensacional e impressionável” da raça negra. Os adjetivos que usa para caracterizar o povo negro, todos referentes a formas de emoções humanas, sugerem uma fragilidade ou

inerente à raça que se manifesta nos “seus produtos léxicos”, que representam cousas concretas, cintilantes e vivas.” A lista de comparativos entre as formas verbais próprias do português de Portugal e as suas formas verbais sinônimas encontradas ao redor do país se restringem ao campo semântico compartilhado entre elas, como se o modo como os negros, de modo “afetivo e impressionável” próprios da raça, se aproximassem dos referentes de modo distinto dos portugueses.

O mesmo acontece quando João Ribeiro diz sobre a prosódia dos “nortistas muito mesclados com índios” na pronúncia demorada do “r, rr”; a razão de tal demora seria “as dificuldades que o indígena teve a superar naturalmente, por isso que o tupi só possui o r forte análogo ao r português entre vogais.”. As diferenças de pronúncia são explicadas aos moldes do darwinismo social, já que os “nortistas muito mesclados com os índios” (destaque aqui para o advérbio de intensidade *muito*) apresentam a mesma dificuldade que os indígenas tupi têm de realizar esse fonema. É um problema do corpo indígena que interfere na execução correta da pronúncia de uma língua vernácula, assim como é um caráter próprio da raça negra “impressionável” que faz com que certas formas verbais sejam usadas no lugar das que são comuns à língua branca europeia. Novamente a presença do paradigma naturalista na explicação de fenômenos fonológicos e morfológicos na língua falada no Brasil reforça a ideia de que a mestiçagem pode ser entendida como uma ideia linguística no Brasil.

3.3. A supremacia do vernáculo sobre o elemento mestiço

Muitas são as contradições que o conceito de brasileirismo apresenta no *Diccionario grammatical*. Uma delas é o modo como a própria noção de dialeto, embora embasada nos trabalhos de William Whitney, serve tanto para legitimar as particularidades da língua falada no Brasil, que a diferenciam do português europeu, quanto para colocá-la em uma posição de inferioridade quando se coloca a escrita e a literatura em questão:

As divergências sintáticas entre o português da metrópole e o crioulo são universalmente conhecidas. O frasear lusitano tem qualidades mais sintéticas que o nosso. A indócil má vontade com que os portugueses acoimam de bárbaras e viciosas as produções artísticas da literatura americana, bastaria para tal comprovação. Semelhante crítica fundamentada na ignorância do caráter próprio das línguas – da instabilidade do homogêneo – não pode nem poderia produzir nem merecer eficácia ou respeito. (RIBEIRO, 1906, p. 51)

Os exemplos são suficientes para demonstrar que o léxico português adquiriu funções novas, ora extensivas, ora exclusivas, conservando a mesma forma exterior. Essa maneira de dialeção é a um tempo tão simples e tão geral, que se torna efetiva de província a província, de cidade a cidade. Aí a previsão é singularmente factível, e, repitamos o dito de Whitney, a dialeção existe até no seio da família e do lar doméstico. Os documentos anteriores e já examinados podem fornecer-nos matéria para algumas conclusões. (RIBEIRO, 1906, p. 51)

Vimos que o elemento mestiço acentuou-se por diferenciações de três ordens: fônicas, morfológicas e ideológicas, isto é, separou-se da tradição primitiva pelo som, pela forma e pela ideia. Na superfície e no fundo as alterações foram largas e intensas: quase nenhum sistema de flexão escapou à degeneração inevitável, de sorte que os característicos mais salientes bastariam para uma integração final e decisiva. No entanto, força é confessar, isso não basta para a constituição e disciplina de qualquer língua culta, e a literatura brasileira tão cedo não deixará de ser um domínio da língua imortal de Camões. (RIBEIRO, 1906, p. 51)

Outra notável contradição é observada na crítica à “indócil má vontade” com que os portugueses condenam como “bárbaras e viciosas as produções artísticas da literatura americana”, simultânea à subordinação da língua e da literatura brasileira ao “domínio da

língua imortal de camões”. É uma confirmação do que afirmou Emílio Pagotto acerca da ciência e a pureza nos estudos linguísticos do século XIX e a sua relação direta com a construção de um projeto de nação: “ao mesmo tempo em que é preciso romper politicamente com a Europa, é também preciso construir uma elite à imagem e à semelhança da qual a nação se construa” (1999, p. 55). Na dimensão linguística, rompeu-se com o “frasear lusitano” na fala do brasileiro, legitimando o “dialeto crioulo”, que por vezes se confunde com o brasileirismo, na elaboração de um dicionário gramatical de língua portuguesa. Contudo, manteve-se a “língua imortal de Camões” na escrita, já que os brasileirismos não têm força suficiente para abalar a estrutura dos clássicos.

Entre o português vernáculo e o brasileirismo, a dominância do primeiro, superior por ser a língua de uma raça branca, foi capaz de incorporar os brasileirismos, consequência das degenerações das línguas africanas e indígenas sem macular a sua pureza e a sua unidade - ao menos na modalidade escrita de sua língua. Pela força de seu povo - a raça “conquistadora” -, sua clássica tradição literária - “a língua imortal de Camões” - a superioridade do português consegue abarcar o “elemento mestiço”, o paradoxo da *pureza* e da *mistura*, o da *unidade* e o da *diversidade linguística*, as contradições que fazem parte da própria construção de uma civilização brasileira.

Por fim, João Ribeiro indica que o “elemento mestiço acentuou-se por diferenciações de três ordens: fônicas, morfológicas e ideológicas, isto é, separou-se da tradição primitiva pelo som, pela forma e pela ideia”. Há uma relação direta com a noção de que as formas de pensamento de um povo são expressas em sua língua, e que o contato linguístico poderia alterar a língua predominante não somente nos níveis estritamente linguísticos, mas também a sua “ideia”. Pela inferência de que para João Ribeiro a língua era expressão do pensamento, o “elemento mestiço” seria capaz de alterar a ideologia da modalidade oral e popular da língua. É o que demonstra com o extenso comparativo de exemplos fonológicos, morfológicos e sintáticos entre o português europeu e as ocorrências da língua falada pelo povo brasileiro. Por ser inferior, já que é uma forma de degeneração, o “mestiçamento da linguagem” não é forte o suficiente para alterar as estruturas da escrita ou para a “constituição e disciplina de qualquer língua culta”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de produção e publicação do *Diccionario* de João Ribeiro, a mestiçagem era não só um termo que definia a mistura de raças que ultrapassava os limites dos corpos e chegava até a língua, mas uma ideia que também influenciava discussões das mais diversas ordens: política, cultural, social e também linguística. A célebre querela entre a língua portuguesa e língua brasileira, polêmica que se iniciou no século XIX, especialmente com José de Alencar, até hoje se estende nas discussões sobre a língua que falamos no país (LUCCHESI, 2015; NARO, SCHERRER, 2007) e passa invariavelmente por questões raciais. Se não há como desvencilhar a história das ideias linguísticas no Brasil da própria história do país, não há como falar de língua sem falar de raça no Brasil, já que a nossa herança colonial nos atravessa em todas as dimensões da nossa vida em sociedade, inclusive a linguística.

A noção de mestiçagem no século XIX e no início do século XX marca a ambivalência da identidade original do povo brasileiro em relação à antiga metrópole e da sua condenação a um futuro de fracasso (ALONSO, 2002; SCHWARCZ, 2015). Eram comuns as definições do povo brasileiro como a que fez Arthur de Gobineau, entusiasta do eugenismo racial: “Trata-se de uma população mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (SCHWARCZ, 2015, p. 89). Sendo a língua a expressão de um

povo, segundo o paradigma naturalista da linguagem (AUROUX, 2007), um povo mestiço de língua mestiça, como era o caso dos brasileiros, estaria determinado à incivilização e ao atraso. Por isso um esforço político, cultural e intelectual de encontrar no próprio signo de sua nacionalidade, tão cara ao projeto romântico, estratégias para diminuir, amenizar ou desconsiderar qualquer ameaça à pureza e à unidade. Daí o brasileiro como um processo de dialeção possível na fala, mas inconcebível na escrita, que permaneceria domínio da língua imortal – pura, una e branca - de Camões (RIBEIRO, 1906).

Toda a construção argumentativa de João Ribeiro para explicar os brasileirismos como uma forma de dialeção do português está baseada em dois modos de raciocínio científico: o das ciências naturais e o dos estudos linguísticos. Entre a apropriação de conceitos naturalistas, positivistas e deterministas e a teoria da linguagem de William Whitney, João Ribeiro apresenta uma definição de um conceito linguístico já corrente em outros estudos no Brasil e em Portugal contemplando um viés racial em sua explicação. Embora esteja essa definição em um instrumento linguístico cuja função social é a de normatizar uma língua, há um evidente caráter avaliativo nessa aproximação dos fenômenos da língua falada no Brasil, se considerarmos os modalizadores discursivos usados para descrever o modo como a mistura das raças, dos povos e das línguas influenciaram na criação do brasileiro (o caráter impressionável dos negros; as dificuldades de pronúncia dos indígenas; a raça conquistadora portuguesa etc.).

Há ainda os paradoxos da relação Brasil-Portugal que envolvem a inferioridade e a superioridade linguística, a mistura e a pureza, a unidade e a diversidade, a emancipação e a subordinação, temáticas que não se esgotam no exemplo que trouxe aqui, mas que se estendem entre continuidades e continuidades ao longo de todo o século XIX e que se fazem presentes em discussões contemporâneas como as que hoje são travadas sobre o preconceito linguístico (BAGNO, 1999) e o racismo linguístico (NASCIMENTO, 2019), por exemplo. Naquelas condições de produção em que o paradigma naturalista nos estudos linguísticos era predominante (AUROUX, 2007), é incontornável reconhecer a mestiçagem como uma ideia linguística no Brasil, uma vez que o modelo naturalista herdado das ciências naturais do século XIX estabelece que a raça determina o pensamento e, conseqüentemente, a língua de um povo. E, como afirmou Silvio Romero em 1888, “Formamos um país mestiço... somos mestiços se não no sangue ao menos na alma” (ROMERO, 1949 apud SCHWARCZ 2015).

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração. 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AUROUX, Sylvain. **Introduction: le paradigme Naturaliste**. In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 29, fascicule 2, 2007. Le naturalisme linguistique et ses désordres, sous la direction de Sylvain Auroux. p. 5-15.
- BAGNO Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Parábola Editorial, 1999.
- BOVINI, E. Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: **África no Brasil**. A formação da língua portuguesa. FIORIN, J. L.; PETTER, M. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, José Luiz.; PETTER, Margarida. **África no Brasil**. A formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.
- FARACO, Carlos. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FOUCAULT. Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.
- GALLO, Solange. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Língua e Cidadania**. Campinas: Pontes, 1996.
- HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. *In*: BAGNO M. **Norma linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HORTA NUNES, José. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. *In*: Orlandi, Eni P. (Org.) **História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, Sp: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- LUCCHESI, D. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**. São Paulo; Editora Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para escrita: atividades de retextualização**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MENDONÇA, Renato. **A influência africana do Português no Brasil**. Brasília: FUNAG; 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NARO, Anthony Julius.; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.
- NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.
- NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. **Língua e raça no Dicionário grammatical, de João Ribeiro**. Revista Porto das Letras, Vol. 06, Nº 5, 2020.
- ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. Campinas: Cortez, 2013.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, Sheila. Um espaço de enunciação para dizer os brasileirismos. *In*: HORTA NUNES, José; Petter, Margarida. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas / FFLCH/ USP: Pontes, 2002.
- PAGOTTO, Emílio. Norma e Condescendência; Ciência e Pureza. *In*: **Língua e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, Pontes Editores/HIL, 49-68, 1998.
- PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- PFEIFFER, Cláudia. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. *In*: Orlandi, Eni P. (Org.) **História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, Sp: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- RIBEIRO, João. **Dicionário Grammatical**. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.
- RODRIGUES, Aryon. *As línguas gerais sul-americanas*. **PAPIA-Revista de crioulos de base ibérica**, v. 4, 1996 p. 6-18.
- ROMERO Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- VERNÁCULO. *In*: MICHAELIS, Dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vern%C3%A1culo/>. Acesso em 15/07/2021.

SILVEIRA, Allice Toledo Lima da. **Os dizeres sobre a mestiçagem nas letras brasileiras entre 1822 e 1930**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos (SP), 2018.

TOLEDO, Allice. A língua e a raça: a mestiçagem como uma ideia linguística das letras brasileiras do século XIX. **Revista da Abralin**, v. 19, n. 1, p. 1-25, 2020.

Recebido: 17/12/2022

Aceito: 8/3/2024

Publicado: 1/4/2023